GESTAR O BEM SOCIAL

A mãe e a criança como protagonistas na arquitetura

BEM -VINDO À MATERNIDADE | A perpetuação da espécie humana só acontece devido às mulheres. Nós, mulheres, somos potência. Temos a capacidade de gerar, com ajuda do homem, uma nova vida, e gestá-la até que a natureza sinta-se segura o suficiente para tornar dois o que antes era um. Quando uma mulher vira mãe, ela é vista como um ser imaculado, conhecedora do amor incondicional, detentora da procriação humana. E a mulher antes da mãe, ofusca-se.

Por ser a que gesta, as responsabilidades de criação/sobrevivência da criança são delegadas a mãe de forma imperativa, e o pai permanece como um ser coadjuvante. Essa estrutura familiar de mãe-pai-criança, e a estrutura social de mulher é mãe e cuida dos filhos enquanto o homem trabalha e sustenta a casa, felizmente tem sofrido grandes abalos, e está cada vez mais sendo desfeita. Afinal de contas, a parentalidade são as atividades realizadas por ambos (ou na falta deles, por outros adultos) que visam cuidar, proteger, estimular, orientar e interagir com a criança, fornecendo dessa forma, um desenvolvimento pleno. A parentalidade é essencial para a construção de competências sociais, emocionais e cognitivas do ser humano em formação.

Falar que a maternidade aprisiona as mulheres e as dificuldades que são enfrentadas enquanto se é mãe ainda choca muitas pessoas, mas para outras serve como um bálsamo curativo. A verdade é que, apesar de ser um poder inexplicável poder dar a luz a uma criança, criar uma pessoa melhor para o mundo, e todo o discurso fantástico em torno da maternidade, ser mãe é assumir o percurso de um caminho árduo. A prisão da maternidade é porque, a partir do momento que uma mulher é mãe, e esse fato é do conhecimento de pessoas que conhecem essa mãe, essa mulher não poderá ser mais vista sozinha sem alguém indagar onde está seu filho. Mesmo sem a criança presente, a mãe está presa a ela, porque alguém sempre se achará no direito de saber com quem está a criança, e julgará, consequentemente, se a escolha do cuidador é apropriada. Outro tipo de aprisionamento social é, novamente, uma vigília a essa mulher para analisar se ela faz somente "atividades de mães", que geralmente são ligadas a manutenção da casa ou da criança, como ir ao mercado, ao posto de saúde, ou a creche. Se uma mulher é vista fazendo "atividades de não mães", como ir a festas, happy hours ou qualquer outro exercício de lazer que o filho não esteja incluído, ela é extremamente julgada. Esse julgamento não é às claras, ele começa com aquela pergunta "mas quem ficou com seu filho?" seguido de um olhar de reprovação, como se uma mulher que vira mãe devesse reprimir seus anseios por diversão e viver em prol da sua criança 24 horas por dia.

A maternidade está e deve cada vez mais ser desromantizada. Quem não é mãe, ou não possui contato próximo, não sabe o que é passar alguns anos da sua vida sem conseguir dormir 8 horas ininterruptas, ter seus seios em carne viva e mesmo assim se consentir à dor para a sobrevivência do seu filho ou perder seu emprego por simplesmente se tornar mãe. Ter ainda que lidar com as desestabilizações hormonais, a fusão emocional com a criança e a cobrança interna de "estar bem" porque um outro ser é seu dependente. Infelizmente, só se preza por uma mãe no espaço privado, no ambiente público ser mãe está profundamente associado com a desvalorização das competências mentais, temporais, e físicas da mulher.

Como forma de tornar a parentalidade um caminho não tão às cegas, diversos recursos são utilizados pelas futuras mães e pais: leitura de livros, ida a palestras e aulas de gestantes, conversas com pessoas que já exercem a parentalidade, e demais preparos psicológicos. Ainda assim, cada bebê é um ser único, e somente com seu nascimento é que a experiência se constrói efetivamente. Quando uma criança é planejada, na maioria da vezes, existe um preparo emocional e financeiro. Ao contrário do século passado, o casal não precisa seguir o script de casar, e começar um processo de procriação sem fim. Com a evolução da conscientização e dos métodos contraceptivos é possível decidir exatamente qual o momento certo para se ter um bebê. O caminho de pais e mães preparados continua sendo árduo, porém se torna um caminho mais largo e com espaços de sombra e água fresca.

Entretanto, existem situações em que os filhos não são esperados. Na maioria dos casos é um "acidente", em que ambos os genitores se assustam com a notícia, e é quando um deles utiliza de sua natureza (não precisar gestar) para retirar-se do relacionamento com a mulher e a criança. Afinal de contas a maternidade é uma imposição e a paternidade uma escolha. No nascimento desta criança, nasce também uma mãe solo. Uma mulher que não esperava ser mãe, que se encontra sozinha nesse caminho árduo e desconhecido, e tem que conciliar junto a isso a responsabilidade de sobrevivência de outro ser. Em muitos casos essa mulher é uma estudante, ou está desempregada, nem consegue se sustentar, muito menos sustentar um dependente.

> *"Damos à luz. E, de um dia para o outro, nossa vida dá um pulo, às vezes de uma maneira não tão feliz quanto havíamos imaginado. A criança nos submerge em um mar de trevas, nos atira na solidão, longe do mundo onde acontecem as coisas interessantes, perdemos o bonde daquilo que havíamos acreditado que era a vida verdadeira. Desaparecem o mundo social, a autonomia, a liberdade, enfim, desaparecemos como indivíduos valorizados pelos demais. Amamos nossos bebês, mas queremos fugir do inferno. Queremos criá-los com amor, mas precisamos, desesperadamente, voltar a ser nós mesmas. Nosso "eu" seperdeu no meio das fraldas.* ***"***
> *(GUTMAN, 2013)*

DESCONSTRUINDO A MÃE SOLTEIRA | A expressão mãe solteira é muito comum, e já deve ter sido utilizada por todos de forma errada até saber seu real significado. Ao dizer "mãe solteira" a maioria das pessoas pretende se referenciar a uma mulher que é mãe e assume sozinha a criação do seu filho; uma mãe solteira, entretanto, nada mais é do que uma mulher, que por acaso é mãe, e possui o estado civil solteira. Assim como existem mães solteiras, existem tias solteiras, primas solteiras, filhas solteiras: esse termo só identifica a pessoa com um grau de parentesco seguido do seu estado civil. Além de ser uma expressão errada, denominar uma mãe solo de mãe solteira automaticamente carrega a expressão com uma conotação negativa, por remeter aos tempos em que ter um filho sem ser casada era motivo para desvalorizar a mulher e causar vergonha.

Mãe solo, portanto, é uma mulher que se tornou mãe e é responsável pela criação do filho sem dividir tarefas, planos e responsabilidades com o genitor. Genitor, e não pai. Um homem não se torna pai só por ceder seus espermatozóides para uma mulher gestar, se fosse assim, todo doador de esperma seria pai. Designar a função paterna simplesmente como fecundar uma mulher, não se responsabilizando pela prática da parentalidade, além de ser uma visão machista, reduz a importância do homem na criação e desenvolvimento de outro ser humano.

Dessa forma, a mãe solo não pode ser conectada somente com a figura de uma mulher que cria seu filho sozinha e não possui a representação paterna em nenhum momento da vida. Se o pai e mãe são separados, mas esse pai se considera um "pai presente", pois paga pensão e fica com o filho nos finais de semana, convém-se que isso não é considerado uma divisão justa de responsabilidades e tarefas, e portanto não faz uma mãe deixar de ser mãe solo. Esse termo utilizado acima, "pai presente", também é uma expressão que deve ser desconstruída. Um homem, ou é pai e exerce o seu papel na parentalidade, ou ele não exerce. Um homem que é pai automaticamente já deve ser associado com uma pessoa presente. Para fim de comparação: quando se pesquisa em sites de busca (como o Google, por exemplo) para "pai presente" aparecem plataformas com cursos e projetos para um pai ser presente na vida da criança; quando se busca por "mãe presente" as únicas menções são dicas de o que dar de presente para sua mãe. Se uma mãe é casada e mora com o pai da criança, porém é ela que: troca fralda, dá comida, dá banho, leva pra escola, faz dormir, ajuda nas tarefas de aula, planeja as festas de aniversário, compra roupas porque o filho cresce (e mais uma infinidade de coisas) e o pai da criança só fica com a função de trabalhar para o sustento e brincar com o filho, essa mãe, infelizmente, também é mãe solo. Nesse último caso há uma desconstrução mais além: a mãe solo que é casada. A qual, além das suas funções de mãe e mulher, ainda tem a função de ser esposa.

Existe também a mãe solo de produção independente (que faz inseminação artificial) e a que adota. Fora essas últimas mães citadas, nenhuma outra mãe solo escolheu ser mãe solo. Se a maternidade em si já é complexa e possui uma enorme carga de responsabilidade, assumir essa posição sozinha é uma mudança de vida espantosa, e inimaginável para quem nunca teve essa experiência. Ninguém escolhe passar por um processo de vida tão difícil, e escolher em não estar em uma relação com o pai da criança não deveria significar escolher ser mãe solo. Além de ter que lidar com o fato de ser mãe - muitas vezes de forma inesperada -, ainda existe a carga de preconceito que uma mãe solo carrega, por não ter uma figura paterna ao seu lado; por "terceirizar" a educação do filho quando deixa com os avós pra poder ir trabalhar; por não ter se cuidado ao ter relações sexuais e por ter relações sexuais sem estar casada; por se relacionar com alguém que não seja o genitor da criança.

DE VOLTA À LIDA | Em uma pesquisa realizada pela CATHO, é observado que a maternidade pode representar um hiato na vida profissional das mulheres. Cerca de 28% das novas mães deixam o mercado de trabalho após a chegada dos filhos. Percentual cinco vezes maior do que a dos homens – entre eles, apenas 5% deixam o emprego para cuidar das crianças. Seria esse percentual uma escolha ou uma imposição? A mulher que é mãe só é bem vista e acolhida quando é casada e fica em casa cuidando dos filhos. Fora isso, todos os ambientes fazem o possível para não ceder lugar a ela, ou facilitar a educação/criação saudável do seu filho. Principalmente no ambiente de trabalho. O exemplo mais clássico que se pode observar é a questão de amamentação exclusiva até os 6 meses.

Uma criança deve receber alimentação exclusiva pelo leite materno até os seis meses de idade. A contribuição de uma boa nutrição de um bebê é sistêmica: alimentação exclusiva pelo leite materno aumenta sua imunidade, cria vínculo afetivo entre a mãe e o bebê, e ajuda no pós parto. Ou seja, promove um desenvolvimento saudável de um ser humano, que por sua vez deixará de visitar tão frequentemente postos de saúde. Deixando-se de adoecer, essa mãe não faltará tanto ao trabalho para cuidar do filho. Ao ter tempo necessário de recuperação, essa mãe também adoece menos, e trabalha mais satisfeita em saber que tem um bebê saudável e em desenvolvimento pleno. Por receber afeto e nutrição em livre demanda, esse bebê no futuro será um indivíduo feliz e completo, que contribuirá de forma eficaz com a sociedade. Nesse processo tão simples de amamentação, temos o benefício da criança, da mãe, do local de trabalho, do governo e da sociedade como um todo.

Ao analisar como se porta o sistema de trabalho para ajudar nessa contribuição social depara-se com a seguinte situação: quem é servidora pública no Brasil consegue licença maternidade de seis meses, dessa forma, o governo cumpre o mínimo para o crescimento saudável dessa criança, já que a mãe é sua funcionária. As mulheres que trabalham no setor privado, entretanto, possuem como direito obrigatório somente quatro meses, ficando a cargo da empresa estender até seis. Tanto as mães que trabalham no setor privado quanto no público devem prestar contas ao governo e pagar impostos, mas na hora do auxílio, as medidas para cada uma são diferenciadas. Apesar do setor privado possuir a possibilidade de extensão até os seis meses, obviamente que nesse contexto a empresa leva em conta o que seria melhor para seu benefício, ou seja, que essa mãe volte a sua função o mais rápido possível. Com uma criança de quatro meses, a mãe volta a trabalhar, sendo que ela deveria amamentá-lo até os seis. Como forma então de contornar essa diferença de dois meses, o governo instituiu uma lei para tentar garantir essa amamentação até os seis meses:

"Art. 396. Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)"

Como diz a lei, é direito dessa mãe dois descansos de meia hora para ir ao encontro do seu bebê e amamentá-lo. Ora, para um intervalo de tempo tão pequeno, levando em conta deslocamentos, essa situação só se torna possível se o bebê se encontra extremamente próximo do local de trabalho da mãe: em uma creche ao lado ou em uma creche dentro da empresa. Essa situação é tão utópica de se tornar uma realidade para a maioria das mães que parece uma piada de mau gosto; reforça o discurso de que as mães devem ser perfeitas, ágeis e super heroínas. Então, se não é possível ela conseguir esses dois períodos de amamentação, como acontece na maioria dos casos, é permitido a mãe retirar esse leite manualmente para guardar para o seu filho e fornecer depois. Entretanto, outra situação rara acontece, pois assim como trabalhar ao lado da creche do seu filho, o ambiente de trabalho disponibilizar uma sala de amamentação também é algo incomum. Tanto sala, como local de armazenagem, pois o leite deve ser conservado em uma geladeira para evitar a proliferação de microorganismos. Se um banheiro não é local adequado para as pessoas almoçarem, também não é local adequado para uma mulher ordenhar o alimento do seu filho.

> *"Uma única mãe não consegue criar uma criança. Mas cinco mães juntas podem criar cem. Nenhuma mulher deveria passar os dias a sós com a criança nos braços. É responsabilidade das mulheres reconhecer que precisam voltar a ficar unidas. Entender que, se funcionarem coletivamente e dentro de circuitos femininos, a maternidade poderá ser muito mais doce e suave. E que uma "mãe sozinha" é aquela que não é compreendida, apoiada ou incentivada, embora conviva com muitas pessoas. E "mãe acompanhada" pode ser uma mulher solteira que conte com o aval de sua comunidade.* ***"***
> *(GUTMAN, 2013)*

A questão de assegurar a amamentação é somente uma das questões, se por um milagre essa mãe conseguir garantir o aleitamento da sua criança, ela ainda terá que, provavelmente, trabalhar 8 horas por dia, levar 2 horas de deslocamento, e ter algum contato com o seu filho nessas 14 horas restantes. Sendo que pelo menos 10 delas a criança deveria dormir para também contribuir para seu crescimento saudável. Além de incluir nesse tempo a manutenção da casa e lazer, porque essa mãe é um ser humano, com vontades e anseios. Quanto tempo resta? É o suficiente para criar uma criança de forma plena e completa?

Essa realidade é para todos os tipos de mães que trabalham fora, independente de elas dividirem a parentalidade ou não. Mas se fosse uma mãe solo, que morasse sozinha longe de qualquer parente que possa dar assistência, que deixasse o filho 10 horas por dia na creche, não porque quer, mas porque não tem escolha. Quem cria essa criança? Ela recebe afeto suficiente? Como o governo auxilia em uma melhor educação para esse indivíduo social? O governo sustenta uma mulher por "só" ser mãe? O valor de educar bem um cidadão é suficiente para o prejuízo financeiro que essa mãe causa ao governo? Existe alguma outra alternativa?

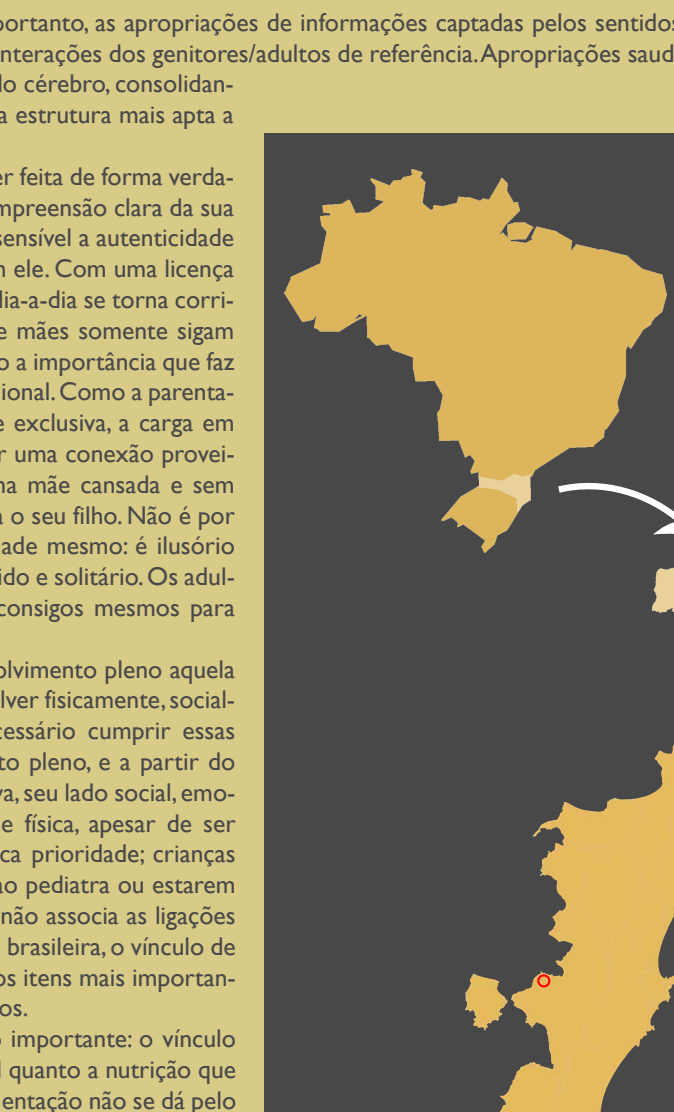
A PRIMEIRA INFÂNCIA | A primeira infância de uma criança é considerada desde o momento da gestação até os seis anos de idade. São nesses primeiros anos de vida que a evolução do cérebro se desenvolve em uma velocidade incrível: cerca de 90% das conexões cerebrais são estabelecidas, devido aos estímulos e interações com a mãe e o pai, demais cuidadores e outras crianças. A assistência às demais necessidades como nutrição e asseio também contribuem, porém o desenvolvimento maior é devido a interação da criança com outras pessoas e com o ambiente. Assim, quando uma criança é negligenciada, muitas dessas conexões cerebrais não acontecem, afetando o potencial de aprendizado e evolução.

O desenvolvimento pleno de um bebê é, portanto, as apropriações de informações captadas pelos sentidos (visão, olfato, audição, paladar e tato) que o ambiente fornece, junto das interações dos genitores/adultos de referência. Apropriações saudáveis na primeira infância contribuem para o desenvolvimento saudável do cérebro, consolidando uma arquitetura cerebral sólida que possui uma estrutura mais apta a superar as dificuldades da vida.

A criação de vínculo com a criança deve ser feita de forma verdadeira e espontânea. O bebê pode não teR uma compreensão clara da sua existência como ser humano no mundo, porém é sensível a autenticidade da pessoa que se projeta a criar laços afetivos com ele. Com uma licença maternidade curta e uma carga laboral extensa, o dia-a-dia se torna corrido e estressante, fazendo que com muitos pais e mães somente sigam com um instinto de sobrevivência, deixando de lado a importância que faz na vida de uma criança a sua presença física e emocional. Como a parentalidade frequentemente se torna uma maternidade exclusiva, a carga em cima da mulher se excede, tornando-se difícil criar uma conexão proveitosa com a criança. É uma situação sistêmica: uma mãe cansada e sem apoio emocional não tem como dar o melhor para o seu filho. Não é por falta de vontade ou esforço, mas por impossibilidade mesmo: é ilusório querer que saia alegria e amor de um coração abatido e solitário. Os adultos que criam uma criança precisam estar bem consigos mesmos para transpassar isso a outro ser humano.

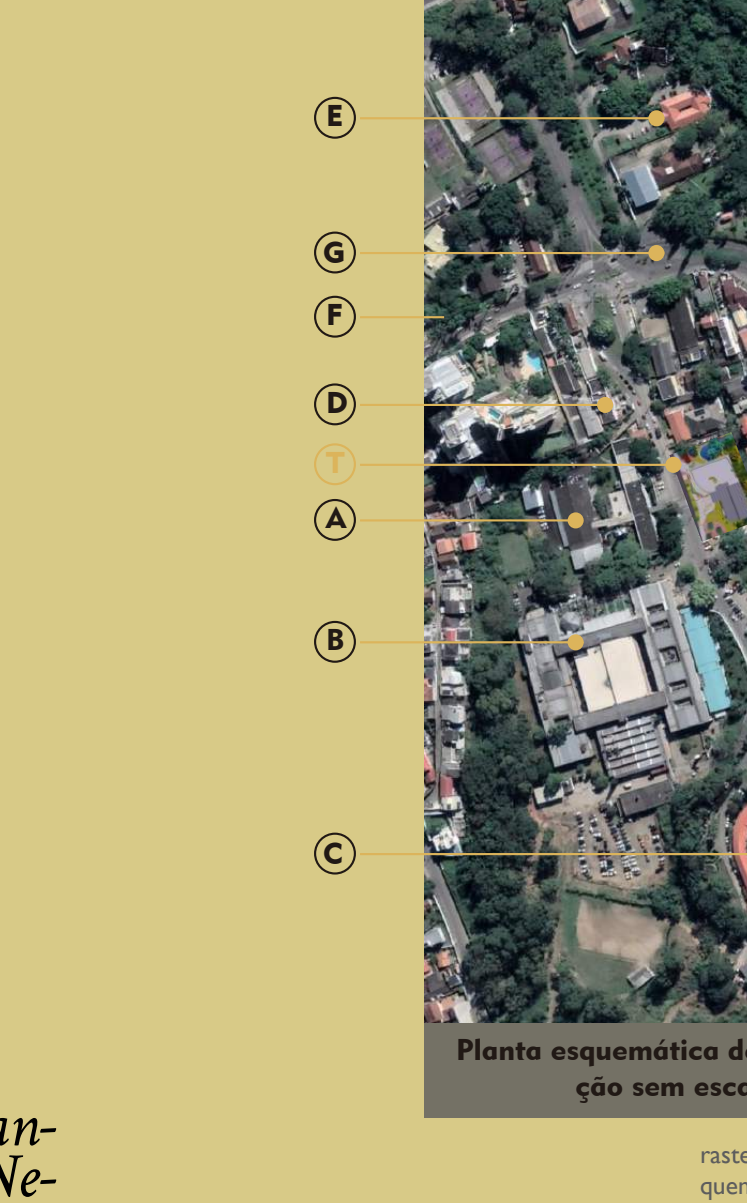
Pode-se classificar uma criança em desenvolvimento pleno aquela que possui possibilidade e incentivo em se desenvolver fisicamente, socialmente, emocionalmente e cognitivamente. É necessário cumprir essas quatro vertentes para afirmar um desenvolvimento pleno, e a partir do momento que uma criança possui negligência afetiva, seu lado social, emocional e cognitivo são afetados. Portanto, a saúde física, apesar de ser essencial para o crescimento, não deve ser a única prioridade; crianças necessitam mais do que serem alimentadas, irem ao pediatra ou estarem sempre com a fralda limpa. A maioria dos adultos não associa as ligações afetivas ao desenvolvimento infantil. Na população brasileira, o vínculo de crianças e adultos aparece em quarto lugar entre os itens mais importantes para o desenvolvimento da criança até os 3 anos.

Por isso a amamentação prolongada é tão importante: o vínculo afetivo que se cria entre a mãe e o bebê é tão vital quanto a nutrição que se obtém. Essa conexão emocional criada na amamentação não se dá pelo ato em si de alimentar o bebê, mas sim por todo o toque corpóreo que existe no ato; ao estimular as terminações nervosas presente na pele, o sistema nervoso central reage ativando a produção de hormônio que relaxam e geram bem-estar.



TERRENO | O terreno **(T)** escolhido para o projeto se encontra na cidade de Florianópolis/SC, está localizado no bairro Agronômica, em uma continuação da rua Rui Barbosa. Atualmente a área é um terreno baldio que as pessoas se apropriaram como estacionamento. Ele se localiza bem em frente ao Centro Catarinense de Reabilitação **(A)** e ao Hospital Infantil Joana de Gusmão **(B)**. Além disso, outros serviços públicos se encontram próximos: Hospital Nereu Ramos **(C)**, Rede Feminina de Combate ao Câncer **(D)**, Delegacia da Mulher **(E)** e o Centro de Saúde Agronômica **(F)**. Próximo a área existem duas comunidades: Vila Santa Vitória e Morro do Horácio.

A principal particularidade da escolha do terreno é que este não fosse "escondido". Apesar do projeto englobar crianças pequenas, o que talvez remetesse a um local mais calmo e silencioso, geralmente áreas assim são mais residenciais e periféricas. A edificação precisa estar em uma área mais central pelo seu uso de coworking - facilita a locomoção e a rede de contato dos usuários-, mas, principalmente, pelo fato de ser um projeto inteiramente pensado na mulher e na mãe (e junto da mãe, a criança). A intenção é que desde a escolha do terreno, a presença da mulher esteja de forma imperativa, que se faça realmente presente e notável, e que se revogue o pré conceito de que o lugar de uma mãe é dentro de uma casa no subúrbio onde ninguém pode vê-la. Além disso, por se encontrar próximo a duas comunidades, é mais um serviço de apoio para essas pessoas usufruírem, seja como moradia ou trabalho. O fato de se localizar próximo de outros equipamentos que atendem mais a mulher e a criança (delegacia da mulher, rede feminina de combate ao câncer, creches, hospital infantil) intensifica seu propósito, e acrescenta na energia e relação materna já presente no espaço.



Planta esquemática de implantação sem escala

ZONEAMENTO | O zoneamento atual no plano diretor considera a área como ACI, ou seja, Área Comunitária Institucional.

"Art. 13 - Áreas comunitárias Institucionais (ACI) são aquelas destinadas a todos os equipamentos comunitários ou aos usos institucionais, necessários à garantia do funcionamento satisfatório dos demais usos urbanos e ao bem estar da população subdividindo-se em:

I - Áreas de Educação, Cultura e Pesquisa (ACI-1);
II - Áreas de Lazer e Esportes (ACI-2)
III - Áreas de Saúde, Assistência Social e Culto Religioso (ACI-3);
IV - Áreas dos Meios de Comunicação (ACI-4);
V - Áreas de Segurança Pública (ACI-5);
VI - Áreas de Administração Pública (ACI-6);
VII- Áreas do Sistema Produtivo Comunitário (ACI-7);
VIII - Áreas de Equipamentos Turísticos (ACI-8)."

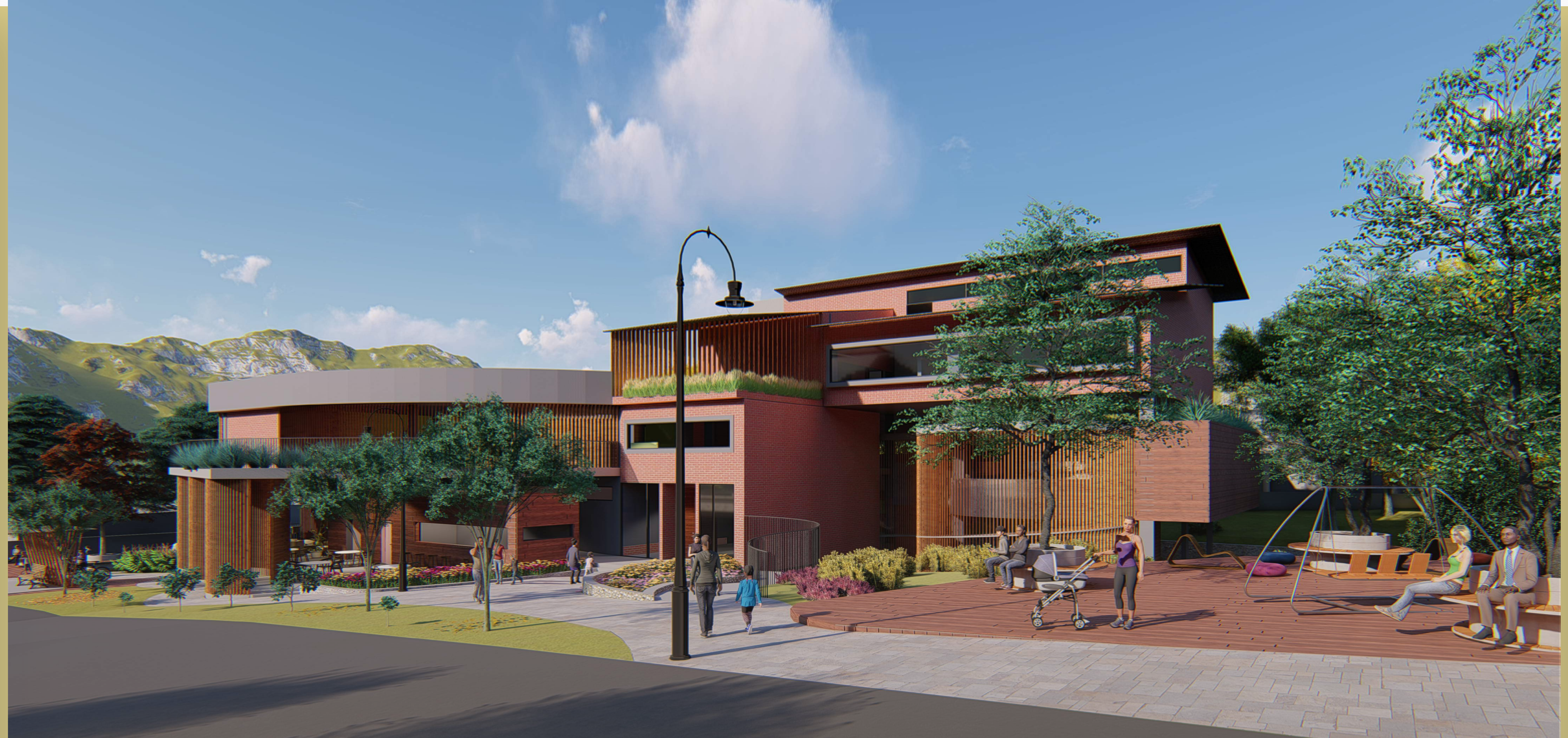
De acordo com o programa adotado, podemos considerar como ACI-3, voltado para a assistência social. O Art. 54 esclarece que os limites de ocupação das ACI's são definidos pelo zoneamento das áreas adjacentes, ou por estudo específico realizado pelo IPUF. Observando o zoneamento atual do plano diretor de Florianópolis, levou-se em conta os dados limitantes do zoneamento ARM - 3.5.

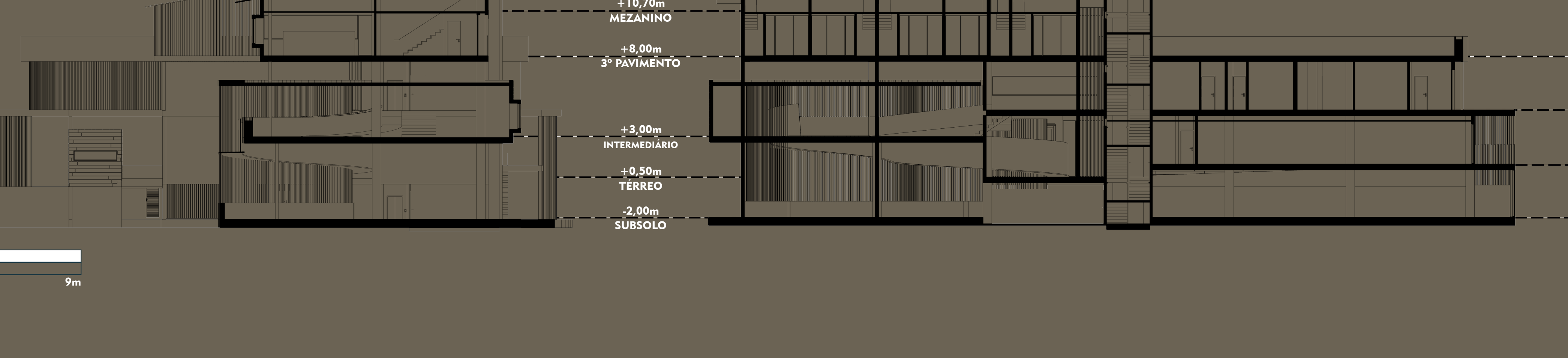
DESLOCAMENTO | Em frente ao terreno existe um ponto de ônibus, cuja única linha que passa é TITRI - TICEN via Gama D'Eça/H.I., porém, logo na rua abaixo que fica cerca de 150 metros da área, a Rua Delminda Silveira/Rua Rui Barbosa **(G)**, existem diversas linhas de ônibus que levam até o terminal principal da cidade (TICEN) como terminais de outros bairros (TICAN, TILAG, TISAN E TITRI), facilitando então o deslocamento principalmente de quem viria trabalhar no dia a dia. Além disso, o sistema de ciclovias é quase ininterrupto para quem utiliza a beira mar: existe uma ciclofaixa de ligação da ciclovia da beira mar **(H)** até a rua Rui Barbosa, porém na porção que se localiza o terreno e os hospitais, a ciclofaixa não continua, nem existem bicicletários facilmente visíveis tanto no Hospital Infantil quanto no CCR. O fluxo de pessoas é moderado, por serem equipamentos de grande porte, principalmente o CCR, recebe vans vindas de diversas cidades do estado. Não existe nenhuma praça ou área de lazer próxima. Demais familiares que esperam por atendimento ou qualquer outro motivo aguardam em áreas externas de espera com pouca infraestrutura: somente bancos de madeira ou concreto, alguns totalmente descobertos.

RELEVO | As curvas de nível originais mostram que o terreno teve um pequena depressão de cerca de 2 metros, onde provavelmente acumulava água; estudando a topografia ao redor pode-se analisar que existia uma certa linha de escoamento. Hoje em dia tudo está modificado: essa linha de escoamento possui edificações que não foram mapeadas no estudo topográfico disponibilizado. Além disso, como o uso de estacionamento requer um terreno mais plano, a topografia foi se adequando ao longo dos anos. A depressão não existe mais, a entrada do terreno se dá pelo lado esquerdo quando se posiciona de costas para o CCR e olha-se o terreno de frente, e grande parte da área de mantém na mesma cota de curva de nível. A parte nordeste do terreno se dá para fundos de lotes; toda essa porção é demarcada por um desnível de cerca de 3 a 4 metros, e possui uma vegetação rasteira e algumas árvores que ajudam a preservar a integridade dessa encosta em dias de chuva. A parte noroeste, a visão do terreno para quem está de costas para o CCR, é onde se localizam o ponto de ônibus e a lanchonete. Ambos os equipamentos estão no mesmo nível da rua, que em relação ao terreno possui cerca de 3 metros de desnível.

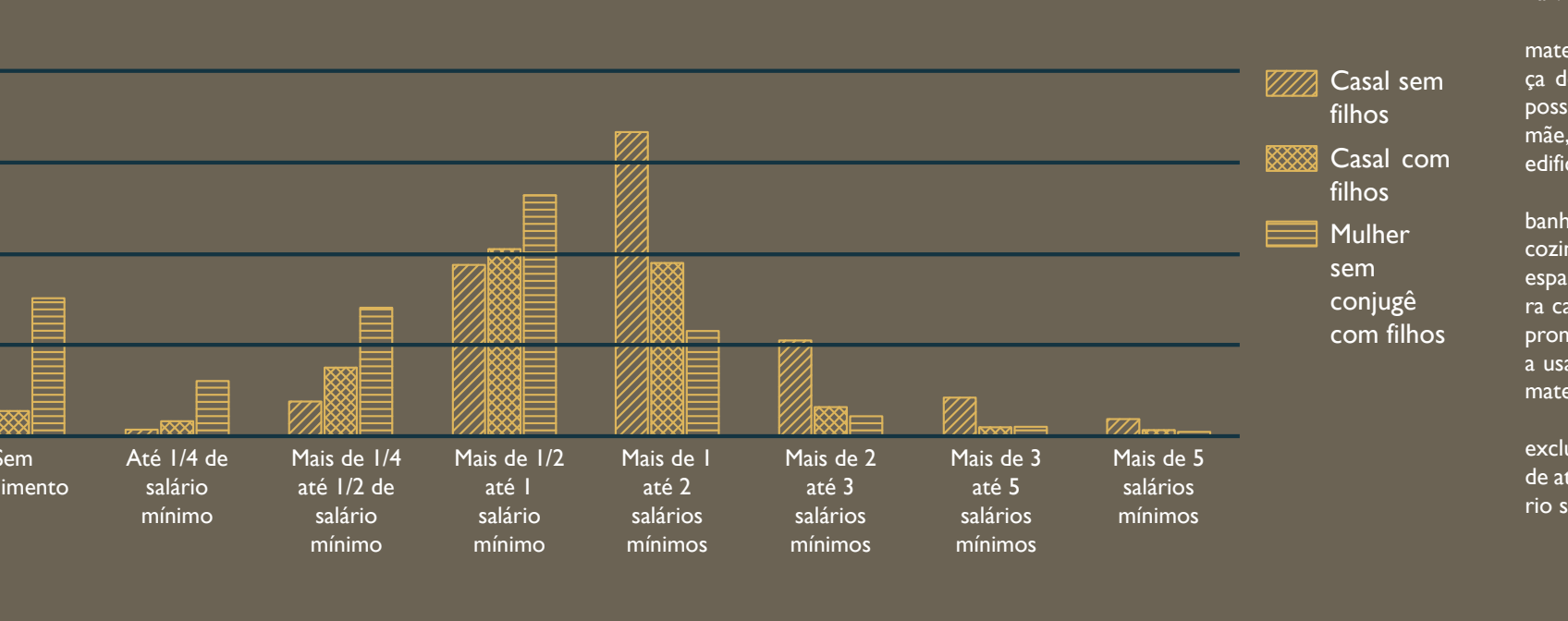
INSOLAÇÃO E VENTOS | Por ser um terreno amplo localizado em uma área de gabarito baixo, o terreno possui ótima insolação. Somente na parte da manhã o sombreamento é maior na parte nordeste justamente por ser o lado em que além do desnível de 3 metros, possui as casas de fundo de lote. A interferência do sombreamento das edificações no lado noroeste é mínima, sendo necessário alguma intervenção arquitetônica para se ter um melhor conforto térmico.

Os ventos que ocorrem com mais frequência na grande Florianópolis são os provenientes do Norte, Sul e Sudeste. Por se localizar muito próximo ao Morro do Horácio e ao Morro da Vila Santa Vitória, é possível que os ventos sul e sudeste sofram um amortecimento devido a esse obstáculo natural. Para o vento norte não possui nenhum obstáculo significativo, sendo a sua presença marcante grande parte do ano.





Famílias conviventes residentes em domicílios particulares com classe de rendimento nominal mensal familiar per capita



PROGRAMA | A compilação teórica apresentada serviu para entender qual a maior problemática das mães hoje em dia. Pode-se considerar o principal problema a negligência do sistema laboral com a mulher que é mãe, além da complexa viabilidade de poder se dedicar integralmente, ou de forma mais presente, na criação e desenvolvimento da criança.

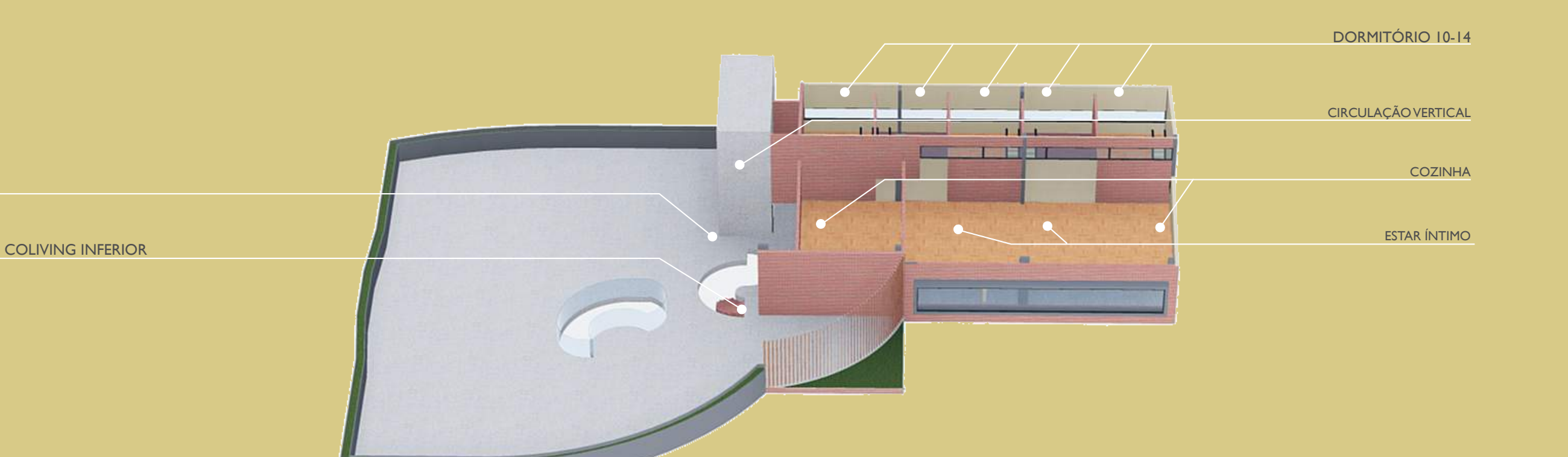
A proposta de anteprojeto, é, portanto, uma edificação com um programa que possa acolher a mãe que trabalha e materna, sem desvincular uma coisa da outra; e acolher também a mãe solo, que quer priorizar uma atenção maior a criança de primeira infância. O objetivo universal é de que se tenha crianças em desenvolvimento pleno, que por sua vez possuem maiores oportunidades de serem adultos completos e realizados. Além disso, priorizar o bem estar psíquico da mãe, porque uma mãe feliz e saudável consegue se dedicar melhor a ajudar uma criança a se desenvolver plenamente. A edificação se configura de uso misto, com uma grande porção residencial e uma parcela para um *coworking* familiar.

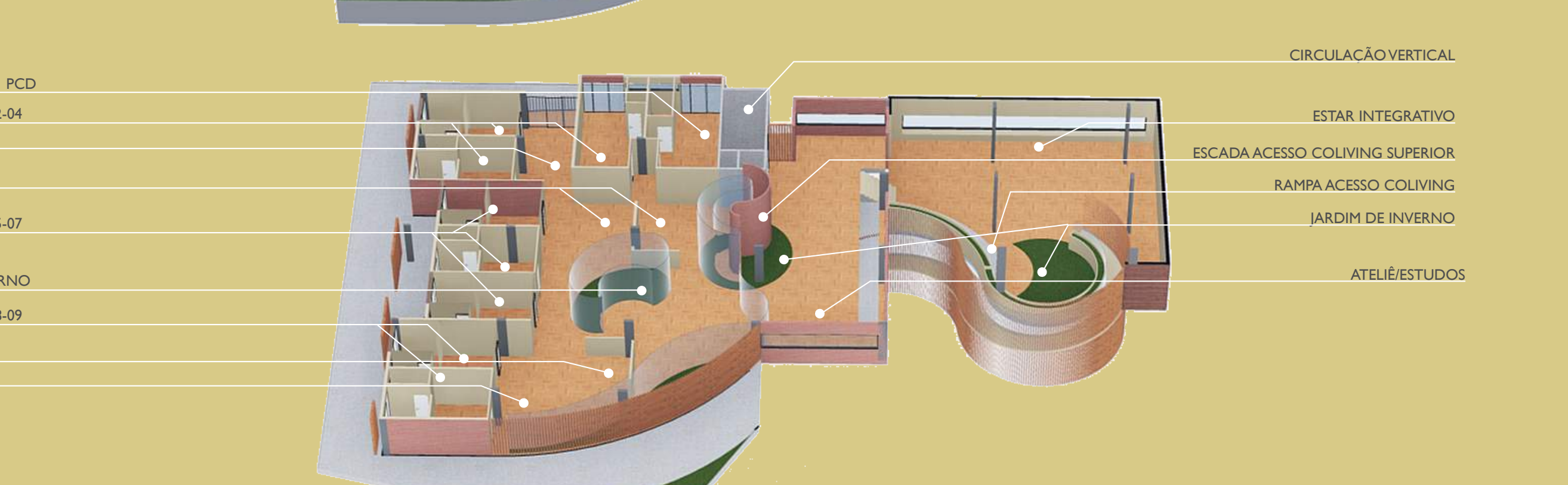
A parte residencial segue o modelo de habitação *coliving*: um grande cômodo que comporta copa, camas e um banheiro (estilo kitnet) que é destinado a uma família individual; e as demais áreas como lavanderia, áreas de convivência, cozinha, espaço para trabalho compartilhado são de uso comum. A intenção é que apesar de unidades individuais, esses espaços sejam vistos e usados como quartos, e que os demais espaços compartilhados configurem uma grande e acolhedora casa. O modelo *coliving* foi escolhido por ser um facilitador de troca e convivência entre pessoas, principalmente por promover a estrutura de rede de mães, que é tão importante para a saúde mental da mulher. Se essas mães são "obrigadas" a usarem espaços em comum, é inevitável que amizades e diálogos surjam constantemente, tornando as dificuldades da maternidade mais conhecidas e minorizadas.

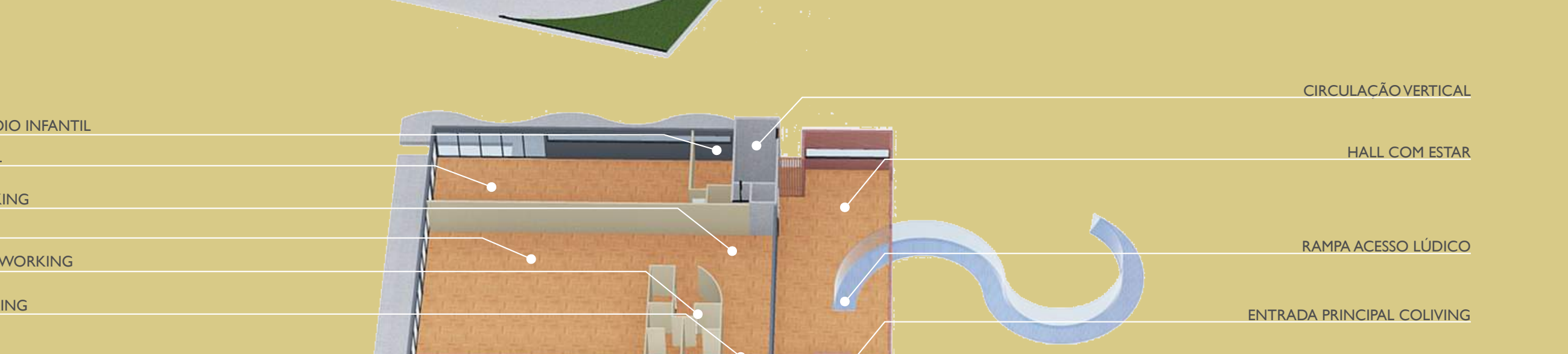
A intenção é que a parte residencial seja pública, custeada pelo governo. Essa parte residencial também é destinada exclusivamente a mães solo e seus filhos, visto que é configuração familiar em que a criança sai mais prejudicada no sentido de atenção emocional. Nessa configuração, a mãe geralmente é a responsável pela garantia de renda do lar, sendo obrigatório seu afastamento da criança por um longo período de tempo.

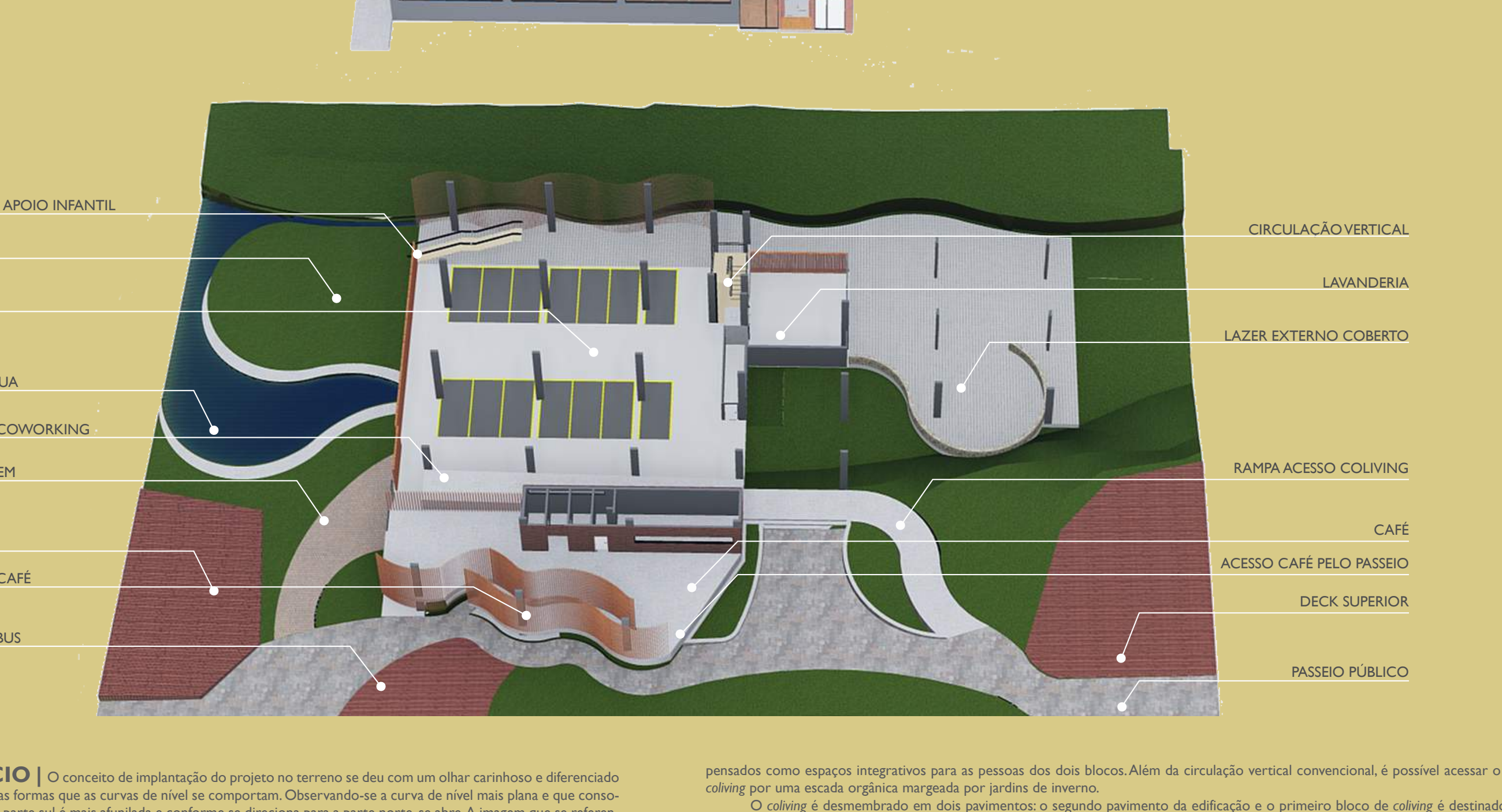
O gráfico ao lado, baseado em pesquisa do IBGE, se refere ao estado de Santa Catarina. Nele se observa que até o ganho de um salário mínimo, a configuração familiar que se destaca é a de mulher sem cônjuge com filhos. Ao aliviar um dos maiores gastos econômicos que é o aluguel, permite-se que essa mãe possa escolher estender sua licença maternidade por conta própria, começar o próprio negócio ou ter uma redução de carga horária, priorizando assim o seu tempo para o desenvolvimento pleno da criança. O espaço de trabalho compartilhado afirma a possibilidade da mulher trabalhar de forma autônoma, com sua própria definição de carga horária. A intenção é que até a criança mais nova completar 2 anos, essa mãe tenha o benefício de isenção de aluguel. Essa idade foi escolhida por ser a idade segundo a literatura de GUTMAN, L a criança compreende que é um ser exterior e desconectado da mãe, fazendo com que esse período de transição seja o mais suave possível. Em seguida, é sugerido que mães com a criança mais nova de dois a quatro anos possuam o benefício de aluguel social, a fim de que esse aluguel sirva como reinvestimento e manutenção do *coliving*. Esse período de aluguel social incentiva a mãe a decidir-se por qual vertente seguir para conseguir renda, e a começar uma transição gradual com a criança, que não terá mais a mãe tão presente. A partir de 4 anos é recomendado que essa mãe deixe o coliving a fim de haver uma reorganização, dando oportunidade para outras famílias se beneficiarem. Mães com mais de uma criança também são acolhidas, as idades mencionadas são referentes a criança mais nova.

O térreo terá uso voltado ao público e a comunidade. Como não é possível adaptar nem obrigar os ambientes de trabalho para que acolham uma trabalhadora que é mãe e a sua cria, a intenção é fornecer um espaço para ela. O programa é então de um *coworking* parental, em que não só a mãe, mas o pai também poderá utilizar desse espaço, e junto traria sua criança que ficará em um espaço de apoio. O espaço de trabalho compartilhado se configura como cômodos grandes com diversas estações de trabalho postas lado a lado, além de banheiros, copa, espaços de descanso e salas de reuniões mais íntimas. Apesar de ser um ambiente público, a intenção é que as pessoas que desejam utilizar o local possuam um cadastro, e contribuam financeiramente para a manutenção do espaço. Para uso comum de quem mora e de quem só trabalha são destinadas áreas de lazer externas, com *playground* e áreas verdes. Além disso, no térreo também existe um café público, como forma de interagir a comunidade e os usuários do edifício. O café é uma forma de realocar a atual lanchonete existente no terreno.









NIDAÇÃO DO EDIFÍCIO | O conceito de implantação do projeto no terreno se deu com um olhar carinhoso e diferenciado ao terreno, contemplando sua planta e as formas que as curvas de nível se comportam. Observando-se a curva de nível mais plana e que conforme boa parte do terreno, nota-se que a parte sul é mais afunilada e conforme se direciona para a parte norte, se abre. A imagem que se referencia a mente, levando em conta a teoria estudada, é a de um útero com os ovários. Dessa forma, o edifício foi alocado como se fosse um corpo crescendo dentro do útero, trazendo, como o feto, expectativa, mudança e uma nova forma de olhar a vida. Onde estariam os ovários, que guardam consigo uma quantidade significativa de vida e que geram estabilidade emocional com a produção de hormônios foi designado o espaço para o café e uma área verde de playground infantil. Ambos os espaços possuem uma abundância de pessoas por área, e conformam espaços de equilíbrio emocional, seja o extravaso por meio da brincadeira, ou o desabafo com uma amiga tomando um café.

Levando em conta o plano diretor como limitante, a edificação se configura em três pavimentos e um subsolo. Como o terreno possui um desnível de seis metros que segue o alinhamento da rua, grande parte do subsolo não precisou ser enterrada. A entrada de veículos ocorre na cota 15, a mais baixa do terreno na porção oeste, com conexão direta com a rua. O subsolo conta com catorze vagas de garagem destinadas às mães do coliving. Nele também se encontram o depósito de lixo, abrigo de gás, cisterna, casa de bombas e a lavanderia. Por ser a cota mais plana do terreno, é nesse nível que se encontra o *playground* e as áreas verdes destinadas para os usuários do *coliving* e do *coworking* somente. Presente no terreno de uso totalmente público se encontra o café, o ponto de ônibus com bicicletário e dois espaços de *deck* sombreados em lados opostos: um no limite norte-noroeste e outro no limite sul. O ponto de ônibus se localiza um pouco acima, na cota 16 e próximo a ele se tem o acesso ao café por uma rampa. O café também pode ser acessado no nível da rua, na cota 17, onde se tem a entrada principal da edificação. Existe uma diferenciação de nível entre a entrada principal da edificação e a rua, uma forma de garantir certa privacidade e fazer a triagem do totalmente público para o semi público e o privado.

O café, portanto, é uma forma de dar outra cara a antiga lanchonete existente no terreno. Além de ser uma forma de atrair o público para conhecer um pouco mais sobre o conceito da edificação proposta, serve de suporte para as pessoas que aguardam atendimento dos hospitais e do CCR. Ele possui uma ampla área coberta, com capacidade para acolher 30 pessoas. Possui sanitário unisex com fraldário e sanitário PCD. O café serve também como alternativa de emprego para as mães que moram no *coliving* e desejam ou precisam voltar a trabalhar, possibilitando uma carga horária de meio período.

Caracterizado como semi-público, o *coworking* parental se localiza na porção noroeste e faz divisa com o café por meio de uma rampa de acesso. Com fachada principal toda envidraçada direcionada a norte-noroeste, o sistema adotado de fechamento que se abre por completo possibilita aos trabalhadores do *coworking* uma forma de trabalhar mais dinâmica, avançando um pouco para a varanda se assim desejarem. O espaço de trabalho compartilhado conta com trinta mesas individuais, três espaços mais reservados para reuniões, sanitários, copa e área de descanso. O espaço de apoio infantil se encontra ao lado do *coworking*, na porção nordeste. Nele se encontram espaços livres para atividades dinâmicas, mesas e colchonetes, nos fundos está localizado os sanitários adaptados ao tamanho infantil. O apoio infantil possui também uma escada de acesso ao subsolo, que direciona ao *playground* e as áreas verdes. Por ser uso majoritário de crianças, a escada foi projetada para melhor atendê-las: possui espelho de 16cm e patamar de 32cm.

A porção privada da edificação que consiste no *coliving* possui sua entrada demarcada por uma majestosa porta de madeira. Dentro da edificação se encontra um *hall* que possibilita diferentes formas de se chegar em casa. Existe a circulação convencional composta por escada protegida e elevador e existe a circulação lúdica. Um gigantesca rampa possibilita às mães e suas crianças uma subida a "casa na árvore". A alusão a uma casa na árvore se dá devido ao volume desconectado do resto da edificação. Ele possui fechamento em madeira e um terraço jardim remetendo à lembrança de uma casa na árvore. Parte do seu fechamento se conforma ao formato orgânico da rampa, a qual é toda limitada com uma espécie de brise amadeirado que faz a vez de fechamento e guarda corpo. Chegando-se ao topo da rampa, o ambiente encontrado é de descontração. Um grande espaço para assistir tv, brincar, jogar, conviver, trocar experiências, conversar. Um pouco acima, chegando-se ao nível do primeiro bloco de *coliving* existem espaços para estudar, trabalhar e ler. Tanto o ambiente de descontração quanto o ambiente mais "sério" são pensados como espaços integrativos para as pessoas dos dois blocos. Além da circulação vertical convencional, é possível acessar o segundo bloco de *coliving* por uma escada orgânica margeada por jardins de inverno.

O *coliving* é desmembrado em dois pavimentos: o segundo pavimento da edificação e o primeiro bloco de *coliving* é destinado às mães com um bebê e uma criança/adolescente. São nove dormitórios, os quais possuem cerca de 23m², e as áreas comunitárias se constituem cozinhas, estares e um grande espaço livre de convívio. Esse andar é marcado fortemente por jardins de inverno, trazendo o máximo possível de um quintal dentro de casa. O terceiro pavimento da edificação e o segundo bloco de *coliving* é destinado às mães com um bebê e até três crianças/adolescentes. A possibilidade de acolher uma família maior se dá devido aos cinco dormitórios de 27m² que possuem mais 22m² de mezanino. Esse bloco também possui cozinhas e estares e acesso a um grande terraço. Os dormitórios dos dois blocos do coliving possuem orientação norte e leste visando um melhor conforto térmico. Os dois blocos possuem capacidade de atender 14 famílias e cerca de 51 pessoas.

Por abrigar um vasto público infantil, a segurança física das crianças foi uma grande questão analisada durante o processo. Os blocos de *coliving* se localizam em pavimentos superiores, porém para não limitar o espaço da criança a somente "dentro de casa", o primeiro bloco do *coliving* possui uma ampla laje, enquanto o segundo bloco possui um vasto terraço, o qual é a cobertura do primeiro bloco. Como medidas de segurança, para a laje foi adotado um sistema de guarda-corpo em metal rígido vertical, impossibilitando a escalada pelas crianças. Além disso, o espaçamento entre hastes é de 13cm, dentro do limite máximo de 15cm proposto pelo Código de Obras de Florianópolis. A altura do guarda corpo é de 120cm, considerando que a altura média de uma criança de 1 a 12 anos seja 115cm. Para o terraço, o guarda-corpo utilizado é de alvenaria com uma espessura de 50cm, tendo no seu interior o formato de jardineira para a plantação de jardim/horta. Este guarda-corpo também possui a altura de 120cm. O terraço e as varandas da laje asseguram para as mães uma segurança quando não podem estar sempre presente, deixando as crianças se entreterem livremente.

Para quem almeja um contato maior com a natureza, existem as áreas verdes do subsolo. Na porção leste do terreno, a qual faz divisa com os fundos de lote, existe um desnível de cinco metros que foi mantido, e para prevenir alguma catástrofe natural, é proposto o intenso plantio de árvores, criando-se uma massa de vegetação. No limite entre este desnível e o nível do subsolo foi utilizado um muro de arrimo de pedra, com sistema de drenagem auxiliado pelo *Bidim*. Junto do movimento orgânico do muro, criou-se um espelho da água, que serve como limite para as crianças que pretendem se aventurar no muro. Este mesmo espelho se expande quando chega na porção norte, servindo como elemento divisor entre as áreas verdes destinadas aos usuários da edificação e o espaço verde público (*deck* sombreado). Na porção sul do terreno, o próprio relevo serve como limitante entre as áreas verde e o espaço público: entre o nível do subsolo e o da rua existe uma diferença de quatro metros assentado de forma íngreme. Também é utilizado do muro de arrimo para conter movimento de terra junto do sistema de escoamento auxiliado pelo *Bidim*.

ESTRUTURA E FECHAMENTO

Conforme a necessidade de grandes vãos para se ter um *layout* mais livre e dinâmico, tanto para o *coworking* quanto para o *coliving*, optou-se por utilizar estrutura em concreto armado. A estrutura segue uma malha de pilares com cerca de 8 x 7,5m. Devido à grande distância entre pilares, a laje que melhor se adequa em questão econômica e de execução é a laje nervurada caixão perdido com 35cm de espessura. Para os pilares, como o gabarito máximo é de três andares, a largura do maior lado deveria ser de 55cm no mínimo; a outra dimensão optou-se por 20cm para poder se incorporar as paredes externas. A ligação entre os pilares e as lajes são feitas com viga faixa com cerca de 1m. As paredes da edificação que fazem limite com o terreno aterrado possuem espessura de 30cm e são feitas de concreto armado.

As alvenarias externas possuem espessura de 20cm para melhor conforto térmico e são executadas em bloco cerâmico. As paredes internas que não são hidráulicas são executadas em gesso acartonado e possuem espessura de 10cm. Optou-se por essa escolha de fechamento devido sua rapidez de execução, limpeza, e facilidade em alteração de *layout*. As paredes hidráulicas são executadas em espessuras de 15 e 20cm, e também são de gesso acartonado resistente à umidade.

PERSPECTIVA DO DECK SUPERIOR: OBSERVA-SE O DESNÍVEL ENTRE O DECK E O SUBSOLO QUE SERVE COMO BARREIRA NATURAL PARA DELIMITAR O PÚBLICO DO PRIVADO. EMBAIXO DA CASA NA ÁRVORE EXISTE UM ESPAÇO DE LAZER EXTERNO COBERTO.

PERSPECTIVA COM OUTRA VISÃO DA ÁREA EXTERNA COBERTA. A CASA NA ÁRVORE, A QUAL CRIA A COBERTURA DESSA ÁREA, É DESCONECTADA DOS BLOCOS DO COLIVING. POSSUI TELHADO JARDIM E UMA GRANDE JANELA QUE SE PROJETA PARA FORA, POSSIBILITANDO AOS SEUS USUÁRIOS UM ESPAÇO PARA SE ACOMODAR E OBSERVAR O EXTERIOR.

PERSPECTIVA DO DECK INFERIOR: O LIMITE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO É ESTABELECIDO COM UM ESPELHO DA ÁGUA, O QUAL PERCORRE TODA A EXTENSÃO DO TERRENO LONGITUDINALMENTE. À DIREITA, OBSERVA-SE O DESNÍVEL ENTRE O CAFÉ E O COWORKING, NOVAMENTE SEPARANDO AS CAMADAS DE PRIVACIDADE DA EDIFICAÇÃO.

PERSPECTIVA DO CAMINHO REALIZADO POR QUEM CHEGA DE ÔNIBUS. À DIREITA, O PISO DECK MARCA A LOCALIZAÇÃO DO PONTO DE ÔNIBUS. LOGO EM FRENTE A MÃE É POSSÍVEL VER A BIFURCAÇÃO DO CAMINHO: A RAMPA QUE LEVA AO CAFÉ DE FORMA FLUÍDA OU A CONTINUAÇÃO ORGÂNICA PELO PASSEIO PÚBLICO.

PERSPECTIVA DA ÁREA EXTERNA INFANTIL UTILIZADA PELAS MÃES E CRIANÇAS DO COLIVING E PELAS CRIANÇAS DO APOIO INFANTIL DO COWORKING. O ACESSO DAS CRIANÇAS DO APOIO INFANTIL É REALIZADO PELA ESCADA, ENQUANTO QUE O ACESSO DOS MORADORES É REALIZADO PELA GARAGEM.

PERSPECTIVA INTERNA DO CAFÉ: UM NOVO FORMATO PARA ANTIGA LANCHONTE EXISTENTE NO TERRENO. SERVE COMO UM EQUIPAMENTO DE SUPORTE PARA AS FAMÍLIAS QUE AGUARDAM ATENDIMENTO NOS HOSPITAIS E NO CCR.

CONHEÇA MAIS SOBRE O PROJETO EM: https://www.flipsnack.com/gestarobemsocial/gestar-o-bem-social.html

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA | ACADÊMICA: PRISCILA STOEBERL ACCORDI | ORIENTADOR: RODRIGO GONÇALVES | 2018.2